



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 404/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11233/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Canutama.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sra. Marlete Nunes Brandão, Presidente da Câmara Municipal de Canutama e Ordenadora de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 115/2014 (fls. 316/360).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 383/2016-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fl. 379).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Canutama. Exercício de 2013.

Contas Irregulares. Alcance. Multa. Prazo. Remessa dos autos à DICREX. Determinação à Câmara Municipal de Canutama. Determinação à Próxima Comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Canutama, exercício de 2013, sob a responsabilidade da senhora **Marlete Nunes Brandão**, presidente da Câmara Municipal de Canutama, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso III do art. 22, da Lei nº 2.423/96.

9.2- Declarar em Alcance a senhora Marlete Nunes Brandão, presidente da Câmara Municipal de Canutama, exercício 2013, no valor de **R\$ 19.600,25**, com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE), em razão da falta de comprovação de despesas com deslocamento, conforme irregularidade nº 14.4 da Notificação nº 04/2014-CI-DCAMI (fls. 178-196);

9.3- Aplicar multa à senhora **Marlete Nunes Brandão**, presidente da Câmara Municipal de Canutama, exercício 2013:

9.3.1- no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), sendo 1.096,03 por mês de (novembro e dezembro), na forma do inciso II do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM) c/c inciso IV do art. 54 da Lei nº 2.423/96, em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meios



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 404/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

informatizado, de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos solicitados, de acordo com a irregularidade nº 1 da Notificação nº 04/2014-CI-DCAMI (fls. 178-196);

9.3.2- no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), nos termos da alínea “a” do inciso I do art. 308 da Resolução nº 4/2002, em razão das irregularidades nº 8, 10, 11 e 12 da Notificação nº 04/2014-CI-DCAMI (fls. 178-196);

9.3.3- no valor de **R\$ 14.613,76** (catorze mil, seiscentos e treze reais e setenta e seis centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002, em razão das irregularidades nº 3, 4, 5, 6, 9, 13, 14.2, 14.4 e 14.5 da Notificação nº 04/2014-CI-DCAMI (fls. 178-196);

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96).

9.5- Remeter os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

9.6- Determinar à Câmara Municipal de Canutama que:

- cumpra com rigor o estabelecido no art. 4º da Resolução TCE Nº 10/2012 c/c o § 1º; art. 15, da Lei Complementar n.º 06, de 22/01/91 que estabelece normas de remessa de dados e Demonstrativos Contábeis por meio do Sistema de Auditoria de Contas Públicas – ACP;
- nas próximas prestações de contas, faça constar o relatório ou certificado do responsável pelo controle interno, nos termos do art. 10, inciso III da Lei nº 2.423/96 (LO/TCE-AM) e art. 118 da Lei Orgânica do Município de Canutama;
- providencie o cumprimento do cronograma de implementação das novas Normas Brasileiras Contábeis de acordo com as portarias STN nº 406/2011, 828/2011, 231/2012, 437/2012 e 753/2012, além da portaria conjunta STN/SOF nº 02/2012;
- publicar de forma tempestiva os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 1º e 2º semestres de 2013, em cumprimento ao que determina o art. 55, §2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 404/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- observe os arts. 94 a 96 da Lei nº 4.320/64 c/c a Portaria STN-MF nº 448/2002, com o fito de registrar, contabilizar e controlar todos os bens móveis e imóveis afetados ao patrimônio da Câmara Municipal de Canutama.
- comunique à Prefeitura Municipal de Canutama sobre a necessidade de adotar medidas no sentido de reaver aos cofres do Município o valor de R\$ 34.601,21, referente às pendências elencadas na irregularidade nº 7 da Notificação nº 04/2014-CI-DCAMI (fls. 178-196);
- envidar esforços para implantar sistema informatizado para o fundo de previdência, bem como recolher a contribuição patronal, nos termos da legislação municipal;
- proceda à exoneração de todos os servidores nomeados em comissão que sejam parentes dos vereadores por ser contrário aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade (Art. 37, caput, da CF/88 e Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal - STF);
- conceda as diárias aos Edis e demais servidores, com base em normas e procedimentos uniformes e devidamente regulamentados em obediência aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e impessoalidade, envolvendo todas as fase da despesas em atenção as restrições dos itens 14.1 e 14.3;
- adote transparência na gestão fiscal, com a identificação dos credores por meio de cheques, TED ou ordem bancária, em atenção aos arts. 63 e 64 da Lei nº 4.320/64, sob pena de julgamento futuro pela irregularidade das contas;
- observe os arts. 94 a 96 da Lei nº 4.320/64 c/c a Portaria STN-MF nº 448/2002, com o fito de registrar, contabilizar e controlar todos os bens móveis e imóveis afetados ao patrimônio da Câmara Municipal de Canutama;
- observe com rigor a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre as licitações e contratações públicas, nas contratações públicas.

9.7- Determinar à próxima comissão de inspeção que inspecionará a Câmara Municipal de Canutama que verifique in loco o cumprimento das determinações ora exaradas, de tudo dando ciência a esta Corte.

9.8- Determinar a Diretoria de Controle Externo do Regime Próprio de Previdência Social desse Tribunal, para que apure as informações dos quesitos levantados na restrição do item 9, haja vista as suas prerrogativas funcionais que inclusive abrange a Representação.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 404/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.9- Encaminhar ao Ministério Público Estadual cópia das principais peças informativas, bem como do Voto e Acórdão proferidos nestes, para que tome as providências que julgar cabíveis, com destaque para os seguintes pontos elencados na Notificação nº 04/2014 – CI/DICAMI: inobservância das leis municipais que tratam do Regime Próprio de Previdência dos servidores do município de Canutama – Restrição nº. 09 do Ato notificador; inobservância dos arts. 21 § 2º, IV; 22 § 3º; 26, III; 27, II e IV; 38 § único; 45 § 2º, 61, parágrafo único e art. 67 da Lei nº 8.666/93 – Restrições nºs 10, 11 e 12 do Ato Notificador; inobservância da Súmula Vinculante nº 13 do STF, por nomear, admitir e manter servidores em frontal descumprimento aos princípios administrativos contidos no art. 37, caput da Constituição Federal quando da nomeação de parentes dos Edis para ocupação de cargo ou função pública – Restrição nº 13 da Notificação nº 04/2014-CI-DCAMI (fls. 178-196).

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de Maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral